



José Gabriel Ávila*

E o Plano Estratégico para os cereais?

Um dia destes, desci à cidade da Ribeira Grande pela estrada de acesso à rotunda da Ribeira Seca.

Há cerca de quarenta anos, do lado esquerdo da via, os terrenos agrícolas estavam plantados de hortícolas.

Recordo-me de ter feito uma entrevista a um agricultor que ali cuidava de uma extensa produção de repolhos e de ele me ter explicado quão difícil era tirar rendimento daquela cultura, devido à falta de água no verão e ao excesso dela no inverno. De uma ou de outra forma a produção estragava-se, o trabalho ia por água abaixo e o rendimento era diminuto.

O certo é que quem ali passava, deliciava-se com o tratamento dado aos hortícolas, embora desconhecendo as dificuldades da produção.

Alguns ribeiragrândenses acreditavam que a exploração geotérmica traria largas vantagens a novos métodos de exploração agrícola.

Um deles era o Engenheiro Armino Moreira da Silva que não se cansava de proclamar os benefícios das regas com águas quentes saídas dos fluidos geotérmicos que poderiam ser dirigidas e aproveitadas em estufas que dariam às empresas agrícolas nortenhas importantes vantagens.

Até hoje, que eu saiba, nada foi feito e tudo não passou de um sonho.

Pelo contrário, as produções hortícolas desapareceram daquela extensa área agrícola e deram lugar a pastagens.

Nem a cultura do milho em grão, para consumo humano resistiu à monocultura da vaca. É o que dizem a estatísticas oficiais publicadas pelo Serviço Regional de Estatística (SREA).

Face ao aumento de 15,6% no preço do trigo e de 24,8% no milho, contrariando o cenário moderado previsto pela Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas (FAO),¹ resultantes da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, países responsáveis por 30% da exportação global daqueles produtos, impõem medidas urgentes que contrariem os efeitos perniciosos da guerra.

Já em maio último o Parlamento Açoriano tinha recomendado ao Governo a criação de um “Plano Estratégico para a Fileira dos Cereais dos Açores”.

A recomendação visava sobretudo a produção de trigo, mas propunha que se procedesse “a uma análise prévia com vista ao apuramento da qualidade dos solos e da sua capacidade, a fim de aumentar as áreas de produção integrada e eficiência produtiva...”²

De lá até hoje, não mais se ouviu falar da elaboração desse Plano Estratégico, nem mesmo agora que os açorianos vão começar a sentir as consequências dos aumentos do trigo e do milho.

Dados oficiais revelam que a superfície agrícola açoriana destinada à produção de milho em grão tem vindo a diminuir desde 1992. Nesse ano os 2.643 ha produziram 8.415 toneladas daquele cereal.

Dez anos depois (2003) já só havia 735 ha e a produção diminuiu para 1.843 tons.

Em 2013, a área estava reduzida a 238 ha e a produção baixou para

238 tons.

Ao contrário, a área de milho para forragens ocupava, em 1992, uma área de 5.788 ha que produziram 192.679 tons de milho par o gado.

Em 2003 a área atingiu 9.472 ha e produziram-se 291.649 tons.

Dez anos mais tarde, em 2013, a superfície destinada à produção de milho para forragens cifrou-se nos 9.160 ha (menos 300 ha) e a produção também baixou para as 225.647 tons.

Quer isto dizer que a lavoura, por razões diversas entre as quais os baixos preços, recorreu a produtos importados para alimentação do gado, já que o número de cabeças de gado bovino não diminuiu; aumentou de 257.225, em 2003, para 265 mil em 2013.³

Houve, portanto, uma opção pelo recurso à importação de cereais e às rações, cujos preços tornaram menos competitiva que a produção agrícola local.

Resta saber se essa opção foi a mais correta e se acatou as características dos terrenos agrícolas. Mas esta é uma questão a que os investigadores, cientistas e ecologistas sabem responder, tal como o “saber de experiências feito” de tantos homens do campo que cuidam das terras com um bem inestimável.

O certo é que, nestes tempos de guerra e de alterações climáticas, impõem-se um olhar diferente para o planeta e para os pequenos territórios plantados no oceano.

Não se pode continuar a pensar que, no fim da guerra, os padrões da economia agrícola voltarão a ser como eram dantes e que os produtos tradicionais da terra (leite e carne) voltarão a ser igualmente tão valorizados. Isso pode não acontecer e as novas tendências da dieta alimentar já o prenunciam.

Perante tantas interrogações, impõe-se que os responsáveis pelo setor, governantes, homens do saber e da ciência se sentem à mesa e analisem os sinais que já se vislumbram sobre o “novo normal”.

Neste âmbito, cabe à Universidade um papel preponderante de análise, aprofundamento, divulgação e adaptação daquilo que, noutras latitudes e países, pensam e investigam académicos, técnicos e cientistas.

É um imperativo que lhe cabe e que corresponde ao seu lema: “Sicut Aurora Scientia Lucet” - A Ciência brilha como a aurora - agora que completa 47 anos de vida proveitosa.

¹<https://www.agroportal.pt/preco-mundial-do-milho-subiu-25-e-superou-pior-cenario-da-fao/>

²Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 26/2022/A de 29 de junho de 2022

³https://srea.azores.gov.pt/Conteudos/Relatorios/Lista_relatorios.aspx?idc=6194&idsc=6707&lang_id=1

*Jornalista c.p.239 A

<http://escritemdia.blogspot.com>

